

**CADERNO DE FORMAÇÃO Nº 5 | SETOR DE GÊNERO**



# **DIVERSIDADE SEXUAL NO MST**

## **ELEMENTOS PARA O DEBATE**

1ª Edição  
MST  
São Paulo - 2017

## Expediente:

Caderno de Formação nº 5- Setor de Gênero

O presente caderno de formação que traz a temática “Diversidade Sexual no MST – elementos para o debate” é uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Elaboração: Coletivo LGBT Sem Terra

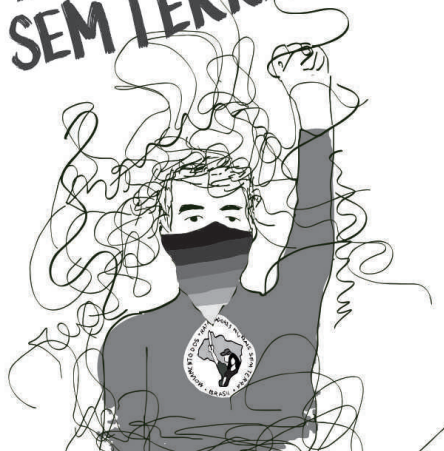
Diagramação: Gustavo Palermo

Pedidos: [secgeral@mst.org.br](mailto:secgeral@mst.org.br)

1ª edição - janeiro de 2017.

---

O PATRIARCADO DESTRÓI/  
O CAPITALISMO FAZ A GUERRA  
O SANGUE LGBT  
TAMBÉM É SANGUE  
SEM TERRA



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	5
1. POR QUE O MST DEBATE A DIVERSIDADE SEXUAL? .....	6
2. GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO .....	9
3. A LUTA DO MOVIMENTO LGBT .....	13
4. HASTEEMOS A BANDEIRA COLORIDA: NOSSAS TAREFAS COMO MST.....	19
5. QUE EXPRESSÕES SÃO ESSAS?.....	25
6. SETORIAIS LGBT NOS PARTIDOS POLÍTICOS, MOVIMENTOS E ENTIDADES NACIONAIS .....	28
7. DOCUMENTO DO I SEMINÁRIO “O MST E A DIVERSIDADE SEXUAL” .....	30



# APRESENTAÇÃO

Companheiras e companheiros,

Um dos grandes desafios do nosso tempo é a construção da Reforma Agrária Popular, que na nossa compreensão passa por entender quem são os sujeitos lutadores e construtores deste projeto? Assim, nestes 33 anos, construímos um grande movimento popular, que fincou muitas bandeiras e construiu territórios de resistência. Um movimento rico em sua diversidade cultural, regional e de gente! Dizemos que nossos/as militantes são nosso patrimônio, por isso, nesse percurso, os Sem Terrinha se fizeram protagonistas, as mulheres e a juventude se forjaram sujeitos dessa organização ao colocar em pauta as suas demandas, que são demandas do conjunto da Organização. Neste sentido, a temática da diversidade sexual e o processo de auto-organização de nossa militância LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) é parte fundamental de nosso projeto de emancipação.

Assim, é com imensa alegria que fazemos chegar às mãos de nossa militância o Caderno de Formação nº 5 “**Diversidade Sexual no MST – elementos para o debate**”, que é resultado do esforço coletivo de nossa organização em produzir subsídios para ampliarmos cada vez mais a nossa compreensão sobre temas atuais e pertinentes para nossos assentamentos, acampamentos e para a militância como um todo.

Que este caderno seja mais um instrumento de estudo, reflexão e luta, e que cotidianamente possamos ir construindo os nossos assentamentos e acampamentos, o nosso Movimento, como territórios livres do preconceito e da discriminação! Que sigamos rompendo, de fato, todas as cercas que nos privam de VIVER e de AMAR!

Bom estudo!

Secretaria Nacional do MST  
São Paulo, janeiro de 2017.

## 1. POR QUE O MST DEBATE A DIVERSIDADE SEXUAL?

Os 33 anos de existência do MST sempre levaram a marca da luta e da ousadia. Da luta por direitos sociais historicamente negados à classe trabalhadora, mas acima de tudo da luta por um mundo justo. E a ousadia está justamente em começar a construir desde já esta nova sociedade, estes novos sujeitos que expressam relações humanas emancipadas. Nosso projeto de Reforma Agrária Popular, não envolve somente plantar sem veneno ou conquistar a terra, nosso projeto é um projeto de campo, de sociedade, onde os sujeitos emancipados se relacionam de outra forma entre si e com a natureza.

Assim, os passos rumo à sociedade igualitária só podem avançar se dados por sujeitos que se desafiem a quebrar modelos, padrões de comportamento, papéis sociais, tabus, preconceitos e classificações estabelecidas pela sociedade capitalista. Todos nós somos formados pela sociedade onde vivemos, pelas relações sociais que estabelecemos nela, e na sociedade capitalista aprendemos que: “homem não chora”, que “rosa é cor de menina e azul de menino”, que “lugar de mulher é em casa e que ela deve obedecer ao pai e ao marido”, que “o amor só é normal se for entre homens e mulheres”, que “gays, lésbicas, travestis são degenerados, sem vergonhas, doentes e um perigo para a família e a sociedade”.

Acontece que esta visão de mundo, estes valores formam e classificam sujeitos úteis para o capitalismo, já que garantem a divisão sexual do trabalho reforçam a dominação social e geram a intolerância, o preconceito, a violência contra todos e todas que não se encaixam no modelo ideal ditado por esta sociedade: homem, burguês, branco, heterossexual, provedor do lar, proprietário das coisas e do corpo da mulher. O projeto de sociedade pelo qual lutamos e ousamos construir diariamente considera que todos os seres humanos –de todas as cores e crenças devem ser livres para amar, que a diversidade e a liberdade sexual também integram este projeto.

Por isso, o Movimento Sem Terra tem como tarefa debater o tema da diversidade sexual desde a base à militância, para sairmos da ignorância e rompermos os nossos preconceitos, que só geram discriminação e violência em nosso meio, alimentando o projeto do capital e enfraquecendo nossa luta ao nos dividir. A discriminação nos divide, o respeito e a diversidade nos unem!

A participação das LGBT no MST não é tão recente quanto à construção dos espaços de auto-organização destes sujeitos. Muito antes desses espaços surgirem, os mesmos sujeitos já se encontravam contribuindo em algumas instâncias, o que não acontece sem uma história de enfrentamento a fatores conservadores. No entanto, a partir de 2013, esta construção se inicia, tendo como herança principal as ações do Setor de Gênero. Neste ano, o MST junto ao movimento LGBT participa da marcha contra a homofobia em Brasília. Em 2014, no VI Congresso do MST, algumas questões referentes a este tema foram suscitadas a partir da demarcação dos espaços por esses sujeitos, como a matéria veiculada sobre as pessoas trans.

Também como experiência nos estados, tivemos os espaços de formação sobre o tema, inclusive com pessoas não LGBT, que aconteceram no Ceará, assim como a brigada de agitprop da Bahia que interagiu com essas questões nas marchas estaduais. Já em 2015, acontece, na ENFF, a Roda de Conversa realizada no dia do orgulho LGBT. Todas essas ações resultariam na realização do primeiro Seminário “O MST e a Diversidade Sexual” (2015).

O Seminário, que aconteceu na ENFF, com a participação 35 militantes LGBT de 13 estados, assume formalmente a entrada da questão LGBT na pauta do Movimento. Importante por seu caráter organizativo e de construção orgânica, o Seminário deu uma visibilidade aos sujeitos LGBT no MST como sujeitos da luta, que têm sua sexualidade e que existem como militantes da organização. Reafirmando uma concepção de ser humano, o Seminário demarca que “a questão da diversidade sexual e a auto-organização dos sujeitos LGBT Sem Terra só tem sentido se estiver vinculada ao projeto de Reforma Agrária Popular e às

lutas mais gerais por transformações sociais e pelo socialismo” (Documento Final Seminário, 2015).

Os sujeitos LGBT de nosso Movimento estão nos assentamentos, nos acampamentos, nas trincheiras lutando pela Reforma Agrária Popular, pela transformação social e não podemos mais aceitar que tenham que esconder quem são para serem aceitos em nossa organização. O sangue LGBT também é sangue Sem Terra!



## 2. GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO

Quando falamos em *diversidade sexual* é importante termos presente que uma coisa é a condição biológica com a qual nascemos: fêmea, macho ou intersexual (quando os órgãos reprodutores dos dois sexos estão presentes); e outra, diferente, é a construção social do ser homem e do ser mulher, à que chamamos de **gênero**.

Esta construção de gênero, do papel, do lugar ou da forma como os homens e as mulheres “devem ser” na sociedade, é anterior ao nosso nascimento, por exemplo, com a curiosidade pelo sexo do bebê para a partir de então definir nome, tipo de roupas, brinquedos, que refletirão nas tarefas a serem desenvolvidas no convívio social, nos valores morais que nos são ensinados pela família, pela comunidade, pela escola, pela religião, pela mídia. Esta construção histórico-cultural dos gêneros também é responsável por definir que um sujeito se estabelece em contradição com o outro, ou seja, as mulheres em contradição com os homens e que o único modelo de sexualidade aceito é o heterossexual, ou seja, entre homens e mulheres.

Assim, os “**padrões de masculino e feminino**” são construídos de acordo com a sociedade em que vivemos, e vem estabelecendo mecanismos de dominação de homens sobre mulheres, ao que chamamos de **patriarcado**. Neste sistema de exploração/dominação, que tem como sua base a divisão sexual do trabalho, reconhece a família como um núcleo privado, formado pela mulher, o marido e os filhos, em que a caberá à mulher, primeiro como propriedade do pai e, após o casamento, do marido, a realização do trabalho doméstico não remunerado, o cuidado com a casa, a criação dos filhos, o cuidado com os idosos, etc. Já ao homem é garantida a posse dos tipos privados de propriedade, o privilégio da vida pública, o poder de decidir a respeito da forma como estes sistemas se perpetuam, ou seja, o poder de decidir a respeito do tempo, do trabalho, do corpo e da

sexualidade da mulher.

No capitalismo, a divisão sexual do trabalho – base material do patriarcado – é combinada à divisão social do trabalho, em que a família nuclear, monogâmica e heterossexual passa a se constituir como núcleo fundamental da sociedade de classes, forjando mecanismos de dominação social e de acumulação de riquezas, que criam, desde o berço, os homens e mulheres necessários para manter seu sistema injusto e desigual.

Por isso, é importante não pensar separadamente gênero e **classe social**, da divisão social do trabalho que marca a nossa sociedade – de um lado os trabalhadores, que só possuem sua força de trabalho e do outro a burguesia, dona dos meios de produção e de toda a riqueza produzida coletivamente.

Na sociedade atual, todos e todas que fogem a esta classificação estabelecida pela sociedade burguesa patriarcal são alvos de violência (física, verbal ou psicológica), formas de tentar ajustar estas pessoas novamente ao padrão considerado “normal”. Ao contrário, na sociedade que lutamos para construir, forjada por valores humanistas e socialistas, teremos **liberdade sexual** para sermos da forma que sentirmos ser, sem medo.

Para compreendermos a sexualidade para além dos **padrões heterossexistas** precisamos ainda nos deter em dois conceitos, o de **orientação sexual** e o de **identidade de gênero**.

**HETEROSSEXISMO** é entendido como um regime político que regula e organiza a forma do ser homem e do ser mulher. Esse regime tem como fundamento a heterossexualidade como o único modelo de sexualidade aceito como legítimo

É importante destacar que gênero e orientação sexual são coisas distintas. **Gênero** diz respeito às construções sociais, políticas e culturais sobre o ser homem ou ser mulher. Remete às características atribuídas na história ao sexo feminino e ao sexo masculino. **Orientação sexual** se trata de uma forma de vivenciar a sexualidade humana. Os sujeitos podem estabelecer comportamentos sexuais e afetivos distintos, se relacionando com pessoas do mesmo sexo, do sexo oposto ou de ambos os

sexos.

A **orientação sexual** indica por qual gênero/sexo nos atraímos sexual e afetivamente, se expressa como uma “condição da pessoa humana”, algo que compõe a nossa personalidade e não passa por uma “opção” feita pelo sujeito. São várias as áreas do conhecimento que buscam compreender como se define a orientação sexual de uma pessoa, teorias psicológicas, biológicas, sociológicas, no entanto, podemos afirmar que a sexualidade não se restringe nem a um formato biológico de um corpo, nem a uma opção individual, nem somente a uma determinação social.

As relações humanas não consistem em um universo de categorias demarcadas, mas antes em uma gama de matizes de expressões dos sujeitos. Embora estas categorias limitem muito as formas que o desejo pode assumir, de modo geral, em relação à orientação sexual fala-se em pessoas:

**Heterossexuais:** quando se sentem atraídas por pessoas do sexo/gênero oposto;

**Homossexual:** quando se sentem atraídas por pessoas do mesmo sexo/gênero;

**Bissexual:** quando se sentem atraídas por pessoas de ambos os sexos/gêneros;

Já a **identidade de gênero** é um processo de auto definição: é a forma como cada sujeito se reconhece e deseja ser reconhecido socialmente, independe do seu sexo biológico, podendo se identificar como sendo do gênero feminino, masculino, ou ainda, como uma combinação dos dois. Este processo inclui “o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos.” (ABGLT, Manual de comunicação LGBT)

Uma das identidades de gênero é a de **transexual**, que são pessoas, homens ou mulheres, que possuem uma identidade de gênero diferente da definida no nascimento e que desejam

viver e serem aceitas como sendo do sexo oposto. Estas pessoas podem manifestar o desejo de se submeterem a intervenções médicas, como cirurgias de redesignação sexual, ou tratamento hormonal para se assemelharem ao gênero com o qual se identificam. Já as **travestis**, apesar de não se identificarem nem com o seu sexo biológico, nem com o papel social atribuído a este e realizarem uma série de transformações em seu corpo e modo de ser para se identificarem ao gênero oposto, não têm o desejo de passar por cirurgia de redesignação sexual, mantendo sua genitália.

Assumir uma identidade de gênero e uma orientação sexual diferentes daquelas impostas pela sociedade capitalistas é um ato político, na medida em que confronta a ordem social estabelecida.

Temos que travar a luta para preservar a diversidade, pois as conceituações acabam, muitas vezes, por excluir ou não abarcar todas as dimensões e expressões da sexualidade humana e da identidade de gênero. Precisamos lutar para combater as desigualdades sociais e de gênero, para que possamos viver as diferentes dimensões da sexualidade e da nossa condição humana, construindo a unidade em torno de um projeto comum.

“Por um mundo socialmente igual, humanamente  
diferente e totalmente livre”  
(Rosa Luxemburgo)

### 3. A LUTA DO MOVIMENTO LGBT

A história da humanidade nos mostra que a vivência da sexualidade sempre foi diversa. As práticas hoje denominadas como heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade eram comuns em povos culturalmente diferentes e geograficamente distantes, de acordo com o contexto histórico e as relações sociais.

Com o advento das grandes religiões ocidentais, a homossexualidade e bissexualidade foram condenadas, sendo consideradas como **um pecado**. Resguardando suas particularidades, estas religiões atuaram para controlar a sexualidade, em sua grande maioria, proibindo o sexo antes do casamento, coibindo o adultério, normatizando a forma de obter prazer sexual, proibindo a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo.

Neste mesmo contexto, foi colocada a necessidade de erguer punições sociais, para além das espirituais. Assim, **a homossexualidade passa a ser tratada como crime passível de inúmeras punições**.

A repressão dos Estados e da Igreja acontece diante de mudanças importantes como: as grandes navegações, a ascensão do comércio em escala mundial, as ideias renascentistas, a Reforma Protestante, o início da Revolução Industrial, entre outras. Tais mudanças geraram uma forte reação conservadora e moralista na Europa, que se espraia para todo o mundo.

A medicina foi um álibi utilizado para justificar as necessidades de controle da sexualidade humana, associando as doenças venéreas à imoralidade e a homossexualidade à perversão. A tentativa da medicina de justificar cientificamente a homossexualidade como doença, influencia a Organização Mundial da Saúde (OMS) a incluir, nos anos 1970, a homossexualidade na Classificação Internacional de Doenças (CID).

Apesar das marcas profundas deixadas pela repressão do Estado, da Religião e da Ciência, a luta pela liberdade sexual se fortalece nos marcos do século XX. De forma mais sistemática, podemos dizer que é nos primeiros anos do século XX que a

sexualidade toma um caráter mais público e, porque não dizer, político. Serão vivenciados vários avanços em diversos países, como na Alemanha, que viveu um período de abertura a estes temas no pós Primeira Guerra Mundial, mas o marco mais profundo com certeza é a Revolução Russa e seu questionamento à sexualidade burguesa.

Em meio a tantos avanços da revolução proletária, um dos primeiros decretos da Revolução aboliu a família compulsória (patriarcal, monogâmica), retirando do homem o poder de chefia da família e possibilitando a autodeterminação integral das mulheres, tanto material quanto sexual, ao instituir o casamento civil. Essa ação abria o caminho para a união de casais de composições distintas às estabelecidas pelas antigas leis tzaristas. Esse processo não se deu de forma rápida, e muito menos pacífica, mas foi um passo importante para a abertura dos novos debates sobre sexualidade.

Com a ascensão de Stalin ao poder temos um retrocesso na revolução sexual, e a família tradicional volta a ser privilegiada pelo governo. Stalin criminaliza a homossexualidade, instituindo como um “desvio pequeno burguês”, a prática sexual de casais do mesmo sexo. Esse posicionamento tem impacto no mundo todo, e torna-se linha dos Partidos Comunistas de vários países e a consequente expulsão e doutrinação de seus militantes LGBT.

Em 1967, foi fundada, em um bairro periférico de Buenos Aires, a primeira organização política a lutar pelos direitos LGBT da Argentina, “Nuestro Mundo”, também a primeira desta natureza na América Latina. Um fato interessante é que apesar de não ser regra, a organização influenciou muito a prática militante destes, impulsionando a construção de organizações que entraram em contradição com a linha da esquerda, dos PCs e organizações que aderiram ao mesmo pacote da linha stalinista.

Outro momento de expressão das lutas pela visibilidade LGBT vai ser protagonizada nas Américas, já na segunda metade do século XX. Em 1969, em Nova York, explode uma rebelião de travestis, gays e lésbicas, que seria chamada de “motim de Stonewall”, na qual durante uma semana protestaram e enfren-

taram a força policial pelo direito de expressão e a liberdade de frequentar livremente os espaços sem serem reprimidos. Este fato toma grande proporção, sendo uma das mais importantes manifestações das LGBT.

Na década de 70, o Brasil vai experimentar outras formas organizativas que debatem a visibilidade e os direitos civis. Muito influenciado pela corrente da contracultura, o grupo de teatro e dança “Dzi Croquette” vai para os palcos com a apresentação “Gente computada igual a você”, que coloca em debate a construção dos gêneros.

Já o grupo SOMOS ganha visibilidade discutindo a violência e a afirmação da homossexualidade a partir do jornal “O Lampião da esquina”, saindo dos grupos de vivência entre LGBT, jogando o debate para a sociedade. Mesmo no contexto da Ditadura Militar, as organizações irão pautar, em especial, a luta pela visibilidade e pelos direitos civis. Neste período, em São Paulo, são registradas também as primeiras ocorrências policiais por ondas de violência contra as LGBT, o que vai levar o movimento a pautar a criminalização da LGBTfobia contra esses casos de violência sistemática.

Durante o surto de HIV nos anos 80, as LGBT voltam a ser vistas como as “portadoras da doença”; muitos discursos conservadores ganham força na sociedade e a AIDS passa a ser vista como “câncer gay”. Este foi um momento em que foi necessário fortalecer mais a luta junto à sociedade, para garantir o direito à visibilidade, os direitos civis, desconstruindo a ideia de que o HIV atinja apenas às LGBT. Muitas organizações pautaram a “saída do armário” e assumiram uma luta de caráter político, inclusive, junto a organizações da classe, como partidos e sindicatos.

Muitas perdas são registradas durante os períodos de maiores surtos da AIDS, acabando por fragilizar as organizações. Podemos perceber isso quando analisamos as pautas das organizações, que nesse período perdem a característica de luta geral, e de aproximação com a esquerda revolucionária, registrando um menor envolvimento com projetos de transformação



social como um todo, concentrando o debate em ONG's e nas Universidades. Será nesse contexto também que vai surgir um poderoso mercado de bens de consumo vinculado ao “ser gay”, o chamado “capital rosa”.

A transformação da comunidade LGBT em “mercado gay” tem consequências profundas na forma como vemos a organização hoje. Como prática recorrente do capitalismo, ao transformar pessoas em “coisas”, a comunidade LGBT passou por um processo de “homogeneização” de interesses e de imagem, pela via da conformação de tipos ideais do ser “gay” ou do ser “lésbica”, estereótipos, que servem a um interesse: o da exploração e da diferenciação a partir do consumo.

Atualmente, no Brasil, os índices da violência são alarmantes. De acordo com dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2015, uma LGBT foi morta a cada 28 horas, vítima de crime de ódio. O Brasil responde ainda por 50% das mortes de pessoas transexuais no mundo. Os dados apontados respondem apenas aos números que aparecem nas mídias ou denunciados formalmente ao GGB. Em 2015, o disque denúncia recebeu quase 2 mil denúncias de agressões às LGBT.

Esses dados revelam a importância de se debater a questão da diversidade em todos os espaços, disputando a opinião pública, conscientizando nas escolas, bairros, combatendo os discursos reacionários de intolerância e violência que estão em voga em tempos de golpe. A incidência política, através das pautas dos direitos civis (como a criminalização da LGBTfobia, o casamento igualitário, o direito à adoção, etc.) e a visibilidade massiva (tendo como expressão máxima as Paradas do Orgulho LGBT) têm sido as principais estratégias utilizadas pelo movimento nos últimos anos, mas ainda há muito a avançar.

Aliás, há de se falar nas Paradas LGBT que, realizadas desde 1997, acabaram por se transformar em uma das maiores manifestações populares do país. As Paradas cumprem papel importante no fortalecimento da identidade LGBT, já que são um espaço construído pelos sujeitos da diversidade aonde eles podem se expressar da forma que são (ou que desejam ser), na



construção de outros valores culturais, saindo dos guetos, do espaço privado, do escuro e “colocando a cara no sol”, se permitindo, assim, a ocupar e significar o espaço público com suas bandeiras e lutas. Apesar da conotação alegórica esse é um espaço capaz de expressar a luta LGBT, que “sai do armário” e ganha as ruas decidida a questionar os velhos valores moralizantes e a lutar por direitos civis.

Atualmente temos diversas entidades em nível local, estadual e nacional, que protagonizam ações de luta por direitos LGBT. A título de conhecimento, destacamos as entidades em nível nacional:

**ABGLT:** A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, foi criada em 31 de janeiro de 1995, com 31 grupos fundadores. Hoje a ABGLT é uma rede nacional de 308 organizações afiliadas. É a maior rede LGBT na América Latina.

**ANTRA:** Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Fundada em dezembro de 2000. Conta hoje com cerca de cento e quinze afiliadas no Brasil todo.

**LBL:** Liga Brasileira de Lésbicas, fundada em 2003. Se constitui como espaço autônomo e não institucional de articulação política, anti-capitalista, anti-racista, não lesbofóbica e não homofóbica e de articulação temática de mulheres lésbicas e bissexuais, pela garantia efetiva e cotidiana da livre orientação sexual.

**ABL:** Articulação Brasileira de Lésbicas. Fundada em 2004. É uma articulação de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, que tem como objetivo principal instrumentalizar e qualificar politicamente novas lideranças, promovendo a criação e manutenção de grupos e/ou núcleos de mulheres e/ou grupos mistos.

**UNA-LGBT:** União Nacional LGBT, fundada em outubro de 2015 em São Paulo. Se coloca como uma organização contra toda LGBTfobia, na luta pela emancipação humana, socialista e solidário aos demais movimentos sociais.

Muitas organizações e movimentos populares estão construindo espaços de discussão LGBT, fortalecendo o debate no bojo da classe como um todo. Pensar nesta questão é pautar uma reflexão para dentro da esquerda, mas também retomar uma luta histórica dentro de um projeto popular de sociedade, trazendo um recorte de classe e construindo outras alternativas de organização e luta. Em direção à construção de uma sociedade aonde possamos exercer livremente nossa sexualidade e o nosso direito de amar.

#### 4. HASTEEMOS A BANDEIRA COLORIDA: NOSSAS TAREFAS COMO MST.

O MST é composto por trabalhadoras e trabalhadores que lutam pelo direito à terra, e desde então, realizam a luta por direitos humanos fundamentais (por escola, saúde, produção de alimentos saudáveis). Almeja a superação da exploração capitalista, sendo necessária a luta contra o sistema patriarcal, que se reproduz fortemente no campo, expresso no machismo, no sexismo, na LGBTfobia e no racismo.

A LGBTfobia no campo se fortalece pela opressão, construindo uma ideia de que o meio rural é “lugar de mulher séria e homem trabalhador” e de que as atividades camponesas são atribuídas ao “macho” do campo, “homem que não chora”, que tem “sangue no olho”, é rude, o “galo do terreiro”, o grande patriarca. Numa realidade como essa, a LGBTfobia, assim como o machismo, se afirmam como parte da cultura, que se mistura com o “jeito de ser e crer do camponês” quando se associa a uma religiosidade reacionária e conservadora. Neste sentido, é muito mais difícil ser gay, lésbica, bissexual ou, o que é ainda mais agravante, ser travesti ou transexual no campo, afirmando uma identidade de gênero que nega o corpo biológico que “Deus deu”.

Desta forma, a prática das organizações populares nos acampamentos e assentamentos não deve se restringir apenas em alterar o modo de produzir na terra, mas também na forma de viver em comunidade, buscando novas formas de relações sociais de respeito à vida, à diversidade humana, pois a base do MST é diversa na sua orientação sexual, na sua identidade de gênero, na sua cor, no seu sexo e a afirmação dessas identidades é mais segura em espaços livres de opressões e preconceitos.

A conjuntura política atual mostrou que a luta pelos direitos LGBT no Brasil, no que se refere à política de gênero e sexual, enfrenta diretamente o conservadorismo, a direita e o seu projeto neoliberal, retirando da gaveta, para legitimar ações de intolerância, o racismo, o machismo, a LGBTfobia, articulados dentro de uma ótica cristã-religiosa como “defensores da moral e dos bons costumes” ou “da família brasileira” como formas de

apelo popular.

O discurso conservador da direita e da bancada evangélica esconde a real intenção de manter separada a economia dos interesses sociais. Afinal, o que encontramos nesse tabuleiro Oé a inversão cruel das reais necessidades humanas pelas necessidades capitalistas; o alcance de lucro crescente e de controle social. Desta forma, a relação humana que não couber na moral tradicionalista burguesa, será enquadrada num processo de ódio ao diferente.

Nas facetas da sociedade capitalista, a normatividade destes padrões de moralidade, do “ser homem e ser mulher” e das relações sexuais, perpassam os aspectos econômicos, de classe, sendo estes padrões também reproduzidos no campo da esquerda.

Assim, a luta contra toda forma de exploração e opressão é uma tarefa da classe trabalhadora, que para além de se enxergar como classe, é preciso que se enxergue como sujeito, que precisa se libertar da exploração econômica, sexual e ideológica, próprias da sociedade capitalista patriarcal e racista.

Sendo assim, essa luta não está apenas no campo da afirmação das identidades, pelo contrário, o debate da sexualidade está diretamente ligado à emancipação humana, às construções sociais que projetam a forma de viver e amar, de entender o amor, ligada à condição do trabalho e de acesso ao mesmo, e à participação política na organização.

Portanto, o debate não pode ser tratado como “secundário”, como parte da nossa condição humana, a diversidade sexual é um tema fundamental na revolução, sendo necessário o debate no conjunto da organização, não se limitando ao âmbito do “privado”, do “individual”, sendo amplamente construído por todas e todos. Frente a isso, nos perguntamos: Qual é o lugar do sujeito LGBT e da diversidade sexual na nossa organização?

A identidade Sem Terra como sujeito coletivo é também composta pela expressão da identidade de cada uma e cada um, dentro das suas particularidades, que são resultados da construção histórica consciente da nossa humanidade, da liberdade

sentida e exercida sem medo, ou seja, a liberdade de vivermos nossos sentimentos e nossas convicções no espaço da organização política e nas ruas. Assim como rompemos com as cercas do latifúndio que concentram a terra, o poder e a riqueza, é preciso romper com as cercas que nos impedem de viver e amar.

Desta forma, os primeiros passos já estão sendo dados através da auto-organização das LGBT Sem Terra, mediante a participação destas nos espaços de luta, atuação nas instâncias organizativas do movimento, nos assentamentos e acampamentos, na militância e nas ações que as fazem sujeitos dessa construção. Esse assumir-se dos sujeitos Sem Terra LGBT tem provocado o Movimento a debater o assunto através de seminários, intervenção nas marchas e atos políticos, rodas de conversa e troca de experiências. Assim como as significativas mudanças no cotidiano do movimento, os casamentos igualitários e os filhos destes casais, os beijos sem medo, rompendo os padrões impostos pela sociedade.

Neste caminho, em janeiro de 2016, o Movimento deliberou politicamente alteração das normas gerais do MST (2016) incluindo os reconhecimentos dos sujeitos LGBT como parte integrante do MST e estabelecendo o combate à LGBTfobia como uma tarefa da organização. As modificações foram as seguintes:

**1.3 Natureza do MST:** *participam no Movimento, sem distinção de idade, orientação sexual ou identidade de gênero, todos os membros da família: homens, mulheres, idosos jovens e crianças.*

**3.6 Educação e Cultura:** *os membros devem combater, permanentemente, todas as formas de preconceito social, para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, etnia, religião, identidade de gênero e orientação sexual, etc.*

**3.7 Direitos Sociais** *combater todas as formas de violência contra as mulheres, crianças e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis), penalizando exemplarmente seus praticantes.*

Sendo assim, a partir da alteração de suas normas, o MST reconhece a diversidade dos sujeitos que constroem a luta pela Reforma Agrária Popular, afirmando o respeito e sinalizando condições para a inserção orgânica dos sujeitos LGBT nas suas instâncias e espaços organizativos. Afirmando a luta permanente no combate à violência em suas mais distintas manifestações, seja física, verbal, psicológica, onde a agressão é a manifestação mais degradante da intolerância e do preconceito.

Porém, ainda há muito por ser feito. O esforço dos próximos passos deve ser no intuito de ir ampliando a participação política dos sujeitos LGBT Sem Terra, disseminar o debate nas escolas do campo e coletivos organizados, nos espaços de formação; tanto na base como na militância. Aprofundando, dessa maneira, o conhecimento sobre a dimensão da sexualidade, ampliando o debate sobre as relações humanas, fortalecendo a identidade Sem Terra, com novas formas de relações humanas livres das opressões, articulado ao nosso projeto de Reforma Agrária Popular e às lutas mais gerais do Movimento e da classe trabalhadora; rumo à construção de uma nova sociedade antipatriarcal, antirracista e antiLGBTfóbica.

Desta forma, inicialmente o MST tem como tarefa:

1. Fortalecer a luta contra o capitalismo e o patriarcado, compreendendo sua superação como uma condição para a emancipação humana;
2. Fortalecer o Setor de Gênero, ampliando sua atuação para que o mesmo possa formular e incidir com novas formas de relações humanas livres das opressões;
3. Lutar e construir territórios livres de exploração e opressão, onde não haja discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero, não permitindo, assim, a reprodução de práticas LGBTfóbicas, da base à militância;
4. Não permitir práticas de expulsão e/ou isolamentos dos sujeitos nas instâncias e setores em função da orientação

sexual e/ou identidade de gênero;

5. Pautar e considerar a utilização do nome social nas documentações internas e oficiais para garantia de políticas públicas, ex.: DAP, CCU, cadastro rural, cadastro das áreas de acampamento, documentações das escolas do campo, *etc.*;
6. Massificar o debate sobre gênero e diversidade sexual, incluindo a temática nos cursos de formação política, nas escolas de assentamentos e acampamentos e em outros espaços e processos de formação;
7. Promover ações e/ou debates em diálogo com a agenda de lutas do Movimento LGBT, em especial do campo popular, incorporando as datas simbólicas ao calendário de lutas do MST, articulando lutas comuns, fortalecendo, assim, a relação campo e cidade contra qualquer forma de opressão.

Neste sentido, para dar conta dos desafios apontados anteriormente, internamente devemos travar esse debate no trabalho de base, articulado às ações dos setores e às demais atividades organizadas pelo Movimento, com o objetivo de debater a temática do gênero, da classe e a diversidade sexual com nossa base social, militância e instâncias, sem dissociá-lo dos objetivos do MST e de nossos princípios e valores humanistas e socialistas.

Desta forma, a luta para o reconhecimento e respeito à orientação sexual e identidade de gênero não pode ser colocada apenas como uma questão tática e efêmera. Deve ser entendida como estrutural, estratégica, que perpassa a afirmação do projeto de transformação que defendemos. Neste sentido, nos afirmamos permanentemente na luta revolucionária de construção do socialismo, de novas relações humanas e no diálogo com as demais organizações e movimentos populares que atuam nesta direção.

Compreendendo que a organicidade se forja na luta,

como processo político e ação coordenada em vista a responder aos objetivos e ações projetadas, faz-se necessária a construção de ações de caráter intersetorial. O Setor de Gênero é um espaço amplo de atuação e estudo dos sujeitos LGBT, portanto, temos que pensar o tema da violência com nossa base; desenvolver a formação com a Juventude sobre a sexualidade; junto à Produção e a Cultura discutir, permanentemente, a questão LGBT no campo. Estes são alguns exemplos práticos de como inserir os debates de forma orgânica, de maneira que tenhamos um movimento construído por todas e todos, como espaço para a diversidade.

Hasteemos a bandeira colorida, então, e teçamos a nossa liberdade. Somos todas e todos LGBT, somos todas e todos Sem Terra.



## 5. QUE EXPRESSÕES SÃO ESSAS?<sup>1</sup>

**ABGLT** - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

**ANTRA** – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

**Bissexual:** É a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros. Bi é uma forma reduzida de falar de pessoas Bissexuais.

**Drag queen:** Homem que se veste com roupas femininas de forma satírica e extravagante para o exercício da profissão em shows e outros eventos. Uma drag queen não deixa de ser um tipo de “transformista” (consultar abaixo o termo), pois o uso das roupas está ligado a questões artísticas – a diferença é que a produção necessariamente focaliza o humor, o exagero.

**Heteronormatividade:** Expressão utilizada para descrever ou identificar uma suposta norma social relacionada ao comportamento padronizado heterossexual. Esse padrão de comportamento é condizente com a ideia de que o padrão heterossexual de conduta é o único válido socialmente e que não seguir essa postura social e cultural coloca o cidadão em desvantagem perante o restante da sociedade. Esse conceito é a base de argumentos discriminatórios e preconceituosos contra LGBT, principalmente aos relacionados à formação de família e expressão pública.

**Heterossexismo:** Atitude condizente com a ideia de que a heterossexualidade é a única forma sadia de orientação sexual. O termo é utilizado na mesma acepção que caracteriza as palavras racismo e sexismo.

**Homoafetivo:** Adjetivo utilizado para descrever a complexidade e a multiplicidade de relações afetivas e/ou sexuais entre

---

1 Exceto as siglas ANTRA e LBL, os demais conceitos foram extraídos na íntegra do Manual de Comunicação da ABGLT, disponível em: <http://www.abglit.org.br/docs/ManualdeComunicacaoLGBT.pdf>

pessoas do mesmo sexo/gênero. Este termo não é sinônimo de homoerótico e homossexual, pois conota também os aspectos emocionais e afetivos envolvidos na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/gênero. É um termo muito utilizado no mundo do Direito. Não é usado para descrever pessoas, mas sim as relações entre as pessoas do mesmo sexo/gênero.

**Homofobia:** Rejeição e/ou aversão a qualquer forma de expressão da sexualidade diferente dos padrões heteronormativos. A homofobia frequentemente é manifestada em inúmeras ações discriminatórias, não raro violentas, que apontam para um ódio baseado na orientação sexual do outro (a).

**LBL** – Liga Brasileira de Lésbicas

**Lésbica:** Mulher que é atraída afetivamente e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero. Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras mulheres para se identificarem como lésbicas.

**Lesbofobia:** Termo utilizado para se referir ao desprezo e ao ódio às mulheres que se relacionam com outras mulheres. Esse termo ganha destaque, à medida que explora as particularidades da mulher lésbica, ou sofrer discriminação por ser mulher e lésbica simultaneamente.

**Movimento LGBT:** É o esforço ao longo da história para obter compreensão e tratamento igual para LGBT. A expressão é usada frequentemente para designar as lutas contra a discriminação, pelos direitos legais. Integram esse movimento as organizações que levam a cabo essas lutas e que defendem, explicitamente, os direitos humanos das LGBT em todo o mundo.

**“Sair do armário”:** assumir publicamente sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

**Sexo biológico:** Conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que distinguem machos e fêmeas.

**Sexualidade:** Refere-se às elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto, até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do

poder na sociedade. As definições atuais da sexualidade abarcam, nas ciências sociais, significados, ideias, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico que vai se transformando e que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas.

**Transfobia:** Palavra criada para representar a rejeição e/ou aversão às transexuais. A expressão está mais relacionada às ações políticas diferenciadas do movimento LGBT.

**Transgênero:** Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade.

## 6. SETORIAIS LGBT NOS PARTIDOS POLÍTICOS, MOVIMENTOS E ENTIDADES NACIONAIS

**PT:** Primeiro partido a criar um setorial de gays e lésbicas formalmente vinculado a estrutura partidária. Em SP o setorial foi criado em 1992. Posteriormente à criação do Núcleo de gays e lésbicas do PT (NGLPT) em São Paulo, observou-se o surgimento de outros setoriais nos estados brasileiros. Segundo dados coletados na internet (História Vermelha, 2012), encontro promovido pelo Setorial Nacional do partido em julho de 2012, havia setoriais LGBT petistas organizados em 18 estados brasileiros 10 . O Setorial Nacional LGBT foi criado em 2010 e encontra-se vinculado à Secretaria de Movimentos Populares, que é o órgão do Diretório Nacional do PT responsável por promover a articulação do partido com os movimentos sociais. Além de promover a articulação das demandas dos setoriais estaduais, o Setorial Nacional LGBT tem atuado no sentido de promover as demandas LGBT junto a parlamentares petistas e às instâncias governamentais. O setorial tem sido crítico em relação às alianças entre o PT e partidos conservadores que, para viabilizar a governabilidade, acabam por comprometer as demandas LGBT.

**PSTU:** Criado no mesmo ano de fundação do partido em 1994, a Secretaria Nacional de Gays e Lésbicas é herdeira da Facção Homossexual da Convergência Socialista. A secretaria teve presença bastante ativa no movimento LGBT. A Secretaria Nacional de Gays e Lésbicas está vinculada à estrutura nacional do partido e não foram identificados setoriais estaduais organizados.

Durante a década de 1990 e os primeiros anos do novo século, PT e PSTU foram os únicos partidos brasileiros a contar com setoriais LGBT. Após 2006, observa-se o surgimento de setoriais LGBT em diversos partidos políticos brasileiros. Na literatura LGBT se coloca como causas principais: o crescimento dos espaços de manifestação pública, como as Paradas do Orgulho LGBT que reúnem milhões de pessoas e demonstram ter considerável força social em potencial atrás dessa pauta; e, uma maior institucionalização da causa LGBT no Brasil, demonstrada pelo

maior foco do ativismo em estabelecer organizações formais voltadas a demandas por direitos civis no campo político institucional.

**PSOL:** o partido tem se posicionado muitas vezes a favor das demandas LGBT. Nas eleições gerais de 2010, o partido surpreendeu o eleitorado paulista com a apresentação de um beijo entre dois rapazes em seu horário eleitoral. Em 2011, foi criado o setorial nacional LGBT, oficializado no seu 3º Congresso Nacional.

**PCdoB:** o partido tem se aberto para a discussão dos direitos sexuais e, em 2011, criou um coletivo LGBT. Nas entidades que dirige tem colocado a questão e tem diretores/as para o tema. Recentemente impulsionaram a criação do UNA LGBT – União Nacional LGBT.

**PCB:** tem construído um debate protagonizado por alguns de seus membros, como a travesti Amanda Palha. Em SP criou o Coletivo LGBT Comunista.

**Consulta Popular:** Na sua 4ª Assembleia Nacional, em 2011, Salvador – BA, se organizou o Coletivo Nacional de Diversidade Sexual da CP. Tem sido um importante espaço de formulação do campo popular, aproximando as leituras sobre sexualidade do acúmulo histórico da esquerda.

Outros partidos também tem alguns espaços para debate LGBT, são eles: PSB (2011), PV (2013), PTB, PMDB e PSDB. No entanto, observa-se pouca vinculação desses grupos de partidos junto ao movimento LGBT de seus estados ou nacional.

**CUT:** Foi criado o Coletivo Nacional de Diversidade Sexual da CUT em 2009 no 10 Congresso Nacional da CUT – CONCURT. Encontramos poucas informações sobre, parece estar bem fragilizado.

**UNE:** A Diretoria LGBT da UNE foi criada em 2005. Até hoje foram realizados 2 Encontros Nacionais de LGBT da UNE

**Levante Popular da Juventude:** O movimento se nacionalizou em 2012 e, no seu 2º Acampamento Nacional, em 2014, criou o setor de diversidade sexual. Hoje o nome foi atualizado para “Setor de Diversidade Sexual e Gênero”.

## 7. DOCUMENTO DO I SEMINÁRIO “O MST E A DIVERSIDADE SEXUAL”

*“Malditas sejam todas as cercas  
que nos privam de viver e de amar!”*

### I – CONTEXTO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST realizou, no período de 07 a 09 de agosto de 2015, o I Seminário “O MST e a Diversidade Sexual”, na Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, tendo como objetivo discutir qual o lugar da diversidade sexual e dos sujeitos LGBT no MST e qual o sujeito LGBT que o MST quer formar. Criando um espaço de socialização de ações e debates que já estão ocorrendo em alguns estados e espaços nacionais do Movimento, sistematizando e formulando, assim, uma leitura nacional desses processos.

Participaram 35 militantes LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) Sem Terra, dos estados de AL, BA, CE, DF, PE, MA, MG, PA, PR, SC, SE, SP e TO, inseridos em diversas instâncias e setores, tais como Formação, Educação, Juventude, Frente de Massa e Comunicação.

As temáticas centrais giraram em torno do diálogo permanente e da interface do debate da liberdade sexual com o projeto de Reforma Agrária Popular, a estratégia socialista e formação humana, uma luta empreendida pelos movimentos da classe trabalhadora frente à ofensiva do capital em todas as esferas da vida humana.

A projeção do nosso seminário vem num período em que nosso Movimento avança na leitura da composição de sua base social, num esforço de empoderar os sujeitos lutadores e construtores da Reforma Agrária Popular. Essa mudança é marco

para a questão de gênero. Em especial a questão das mulheres, com os avanços que as companheiras têm protagonizado dentro do processo de reivindicação de sua visibilidade e participação nos momentos decisivos e de radicalização da luta contra o Agronegócio e a violência, frente ao capitalismo e ao patriarcado.

Nessa mesma direção, outro sujeito do nosso trabalho tem sido a juventude, através de sua organização e formação, potencializando a incorporação deste sujeito na vida camponesa e na prática social transformadora. Também podemos visualizar um importante trabalho com os nossos Sem Terrinha, no sentido de construir, desde a infância, novas relações humanas. Enfim, isso reafirma que estamos num momento de construção dos sujeitos centrais da nossa luta, da nossa base e, por isso, a questão da diversidade sexual e seus protagonistas é de fundamental importância no acúmulo político organizativo de nosso movimento.

Essas reflexões se fazem ainda mais importantes porque vivemos um momento de ofensiva do capital em sua expressão mais conservadora, que também se manifesta na ampliação do racismo, da naturalização da violência, da intolerância religiosa, da militarização da sociedade e da homofobia, na qual os mais afetados são sempre os sujeitos que compõem a classe trabalhadora, em seu cotidiano e em todas as suas formas de luta e resistência. Podemos perceber que, desde a base econômica capitalista, existem manifestações desse viés conservador em muitas outras esferas e dimensões da realidade social, das práticas cotidianas à institucionalidade do Estado, passando também pelos mais diversos aparatos de construção da hegemonia do capital em nossa sociedade.

Nesse contexto complexo e adverso, é imprescindível compreender a diversidade dos sujeitos que compõem a classe trabalhadora como forma de fortalecer e qualificar todas as formas de luta e resistência que, diante dessa ofensiva, buscam avançar na construção de um projeto de classe que seja verdadeiramente emancipador.

Avançar no entendimento dessa diversidade de sujeitos



também permite avançar em novas formas de fazer a luta, em novas táticas e estratégias para acumular forças, novas formas de mobilização e em novos patamares de alcance e efetividade da ação política classista, de forma conjunta e articulada, somando e qualificando os esforços sem os quais não há possibilidade de construção do socialismo.

Acreditamos que este debate de gênero e diversidade sexual no MST poderá gerar bons frutos para a nossa organização, para quebrar preconceitos, ajudando nosso Movimento a dar passos rumo à uma sociedade igualitária. Rompendo com dogmas que não ajudam mais a avançar na luta socialista. Sabemos que isso também deve ser encarado como um olhar para dentro, um balanço destes 31 anos de Movimento e de como temos tratado esta questão. Romper o silêncio se faz necessário para permanecermos vivos e recriando a nossa luta e o nosso próprio Movimento.

## **II – AFIRMAÇÕES**

- ✓ A questão da diversidade sexual e a auto-organização dos sujeitos LGBT Sem Terra só tem sentido se estiver vinculada ao projeto de Reforma Agrária Popular e às lutas mais gerais por transformações sociais e pelo socialismo.
- ✓ Apesar desta luta ter sido forjada no bojo das lutas da esquerda, historicamente ocorreu por parte desta a negação e desqualificação das suas lutas, por muitas vezes, perseguindo os sujeitos LGBT e ignorando as violências por eles vividas, na sociedade e nos próprios espaços de militância. O momento atual indica cada vez mais a necessidade de debate e unidade da esquerda também nessa temática.
- ✓ A luta pela liberdade sexual revolucionária é coletiva e esta construção deve ser feita, desde já, pelo conjunto de nossa organização, se contrapondo à perspectiva liberal burguesa.
- ✓ A luta contra o patriarcado, como estratégica para a



superação da sociedade de classes, entendendo que a igualdade substantiva dos sujeitos jamais será possível nos marcos do capital.

- ✓ A formação do ser humano numa perspectiva omnilateral, que prioriza suas várias dimensões como: o trabalho, a político-ideológica, cultural, estética e afetiva é fundante do nosso projeto de Reforma Agrária Popular, que implica na construção de novas relações humanas e sociais.

### III – LINHAS POLÍTICAS

1. Formação e estudo – aprofundar o conhecimento sobre a questão, ampliando o debate sobre as relações humanas, para dar unidade ao nosso posicionamento e construir a identidade e unidade LGBT Sem Terra, articulada ao nosso projeto de Reforma Agrária Popular e às lutas mais gerais do Movimento e da classe trabalhadora.

#### Ações

- ✓ Organização de um acervo de textos, filmes, músicas, poemas e outras linguagens, que possam ser usados para estudo, intervenção e trabalho de base;
- ✓ Criar grupos de estudos nos estados, conforme a viabilidade local, para aprofundamento temático;
- ✓ Elaboração de um caderno de formação ou cartilha, em parceria com o Setor de Gênero, sobre “Gênero, Classe e Diversidade Sexual no MST”, com sugestões metodológicas de como abordar o tema;
- ✓ Realização de seminários regionais e nacional sobre “Gênero, Classe e Diversidade Sexual”, a fim de aprofundar o debate, mobilizando o máximo de setores, a base e as instâncias;

- ✓ Aprofundar o conhecimento sobre a realidade de nossa base social LGBT.
2. Luta – articular a luta econômica e por direitos dos LGBT à luta revolucionária de construção do socialismo e de novas relações humanas, dentro do contexto das lutas do MST e em diálogo com as demais organizações e movimentos populares que atuam nesta direção.

#### Ações

- ✓ Intervenções políticas e de agitação e propaganda nas lutas e atividades do Movimento;
  - ✓ Fortalecimento da articulação com o Setor de Gênero para a construção de luta unitária (8 de março);
  - ✓ Construção de uma pauta de reivindicações articulada ao projeto de Reforma Agrária Popular;
  - ✓ Somar-se às lutas protagonizadas pelos LGBT, especialmente no dia 17 de maio – dia nacional de luta contra a homofobia, pautando os temas da diversidade sexual no campo.
3. Trabalho de base – articulado ao trabalho dos setores e às demais atividades organizadas pelo Movimento, com o objetivo de debater a temática do gênero, da classe e a diversidade sexual com nossa base social, militância e instâncias, resgatando os objetivos do MST, nossos princípios e valores humanistas e socialistas.

#### Ações

- ✓ Debate do tema em cursos de formação, encontros, jornadas de lutas, acampamentos pedagógicos, etc.;
- ✓ Trazer o tema presente em nossas místicas, atividades culturais e meios de comunicação;

- ✓ Intensificação do debate com a juventude, onde o tema já está em pauta;
  - ✓ Criação de rodas de conversa, especialmente para o debate e escuta sobre os temas como a sexualidade, violência, preconceito e discriminação;
  - ✓ Formação de professores e educadores, nos desafiando a pensar num projeto piloto de formação em “diversidade sexual e combate à homofobia” em escolas de nossos assentamentos;
  - ✓ Estímulo a um maior protagonismo político de lésbicas e transexuais;
  - ✓ Realização de trabalho de base nos acampamentos e assentamentos;
4. Organicidade – compreendendo que a organicidade se forja na luta como processo político e ação coordenada em vista responder aos objetivos e ações projetadas, faz-se necessária a construção de ações de caráter intersetorial, desde os territórios e instâncias em que a militância está inserida.

#### Ações

- ✓ Socializar nas instâncias do MST os debates realizados neste 1º seminário;
- ✓ Articulação intersetorial, especialmente com os setores de gênero, educação, formação, cultura e saúde e com os coletivos de juventude e comunicação;
- ✓ Reflexão estratégica sobre a intencionalidade de posturas e intervenções LGBT nos espaços orgânicos do Movimento;
- ✓ Envolvimento de dirigentes de vários setores e instâncias nas atividades sobre gênero, classe e

- diversidade sexual para fortalecer a construção do debate para o conjunto de nossa organização;
- ✓ Criação de espaços de troca de experiências, escuta e construção de identidade, com formato flexível, conforme a realidade de cada estado;
  - ✓ Articulação com Setor Nacional de Projeto a busca de recurso financeiros para realização de várias atividades;
  - ✓ Realização de seminários regionais e nacional sobre “Gênero, Classe e diversidade sexual”, em caráter intersetorial;
  - ✓ Fortalecimento da identidade LGBT Sem Terra, com a construção de simbologias, consignas, palavras de ordem, etc.;
  - ✓ Aprimoramento da comunicação, através de redes sociais, a partir dos espaços oficiais já existentes no MST, a exemplo da página na web, facebook e outros;
  - ✓ Criação de um grupo de estudos de elaboração e articulação das ações;
5. Articulação Política – dialogar com as demais organizações e movimentos LGBT, bem como com as demais organizações da classe trabalhadora como sujeito coletivo, tendo como perspectiva o projeto da classe, a nossa identidade Sem Terra e o projeto da Reforma Agrária Popular.

### Ações

- ✓ Mapeamento e aprofundamento do conhecimento das organizações e movimentos LGBT;
- ✓ Participação como sujeito coletivo dos espaços de diálogo e luta LGBT nos estados, como encontros, seminários e Parada do Orgulho LGBT, incidindo politicamente nesses espaços;
- ✓ Envolvimento de aliados no debate e demais

- atividades internas do Movimento;
- ✓ Articulação para a realização de atividades conjuntas com setores da esquerda que já desenvolvem ações nesta direção, a exemplo da Consulta Popular, do Levante da Juventude, PT, PSOL, PCB, CUT, entre outros;
  - ✓ Estabelecimento do diálogo com organizações e movimentos urbanos, tendo como desafio contribuir com o debate sobre alimentação saudável, meio ambiente e soberania alimentar.

*“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,  
humanamente diferentes e totalmente livres.”*  
(Rosa Luxemburgo)

*“Que nada nos defina, que nada nos sujeite.  
Que a liberdade seja a nossa própria substância,  
já que viver é ser livre.”*  
(Simone de Beauvoir)

Escola Nacional Florestan Fernandes –ENFF  
agosto de 2015